Lei de cotas deve ser renovada

Levantamento do SoU_Ciência em parceria com Idea Big Data mostra que maioria da população brasileira é favorável a renovação da Lei de Cotas nas universidades; há oposição dos mais ricos.

A Lei de Cotas (Lei N° 12.711), que em 2021 completa 10 anos de existência, é uma conquista para grupos que estiveram historicamente fora da universidade. Com ela, pretos, pardos, indígenas, pessoas oriundas da escola pública e de baixa renda obtiveram mais oportunidades de ingressar na universidade pública e também de conseguir bolsas de estudos em programas de financiamento do governo federal, como o ProUni e o FIES, em universidades privadas. Em 2022, a Lei de Cotas estará em debate para a sua revisão, e a equipe do centro SoU_Ciência foi buscar analisar seu impacto no ensino superior e a opinião dos brasileiros sobre o tema.

No levantamento realizado pelo centro em parceria com o Instituto Ideia Big Data, 44,4% dos entrevistados disseram ser a favor da renovação da política de cotas, enquanto 18,9% declararam ser contrários. O perfil dos entrevistados que aprovam a renovação da política de cotas em sua maioria são negros (51,2%), moradores das regiões Norte (57,5%) e Nordeste do país (48%), com ensino médio (48,5%) ou superior (50,5%) e renda média entre 3 e 5 salários mínimos (52,1%). Ou seja, trata-se de um perfil similar aos segmentos favorecidos pela própria política afirmativa.

Já os entrevistados que disseram ser contra a renovação formam parcelas expressivas entre os que apoiam o governo Bolsonaro (35%), com faixa de maior renda (de 5 salários mínimos para mais, 37,4%), amarelos (27,9%) - ou seja, grupos não beneficiados ou ideologicamente contrários à política de cotas e que podem considerá-la uma forma de interferir nos processos de seleção exclusivamente "por mérito/desempenho", e que tendem a favorecer os mais ricos.

Os números totais favoráveis à renovação mostram que a política afirmativa no ensino superior público alcançou seu público-alvo, que reconhece a sua importância. Contudo, outros números chamam a atenção para serem investigados mais a fundo: se aqueles que são contra a renovação de política de cotas somam 18,9%, aqueles que declararam não saber constituem uma parcela ainda maior (21,4%). As pessoas que declararam não saber são em

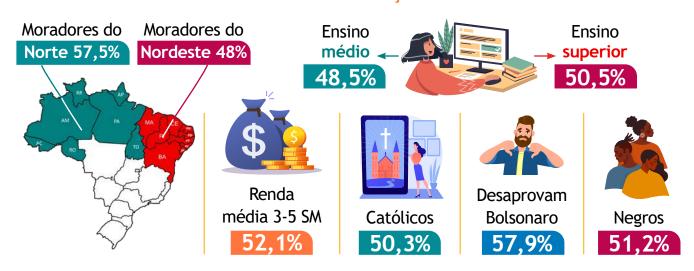


sua maioria de baixa renda (de até um salário mínimo - (32%), com ensino fundamental (31,5%), e indígenas (33%). Pessoas com renda igual ou até um salário mínimo e meio ou indígenas têm direito às cotas nas universidades, ou seja, seriam potenciais beneficiários da política afirmativa. Portanto, trata-se de uma missão importante ampliar o debate de cotas para essa faixa expressiva da população.

O acesso à informação poderá ampliar a defesa da política de cotas, que tem gerado transformação relevante nas universidades brasileiras, com mais diversidade de pessoas tendo possibilidade de acessá-las e nelas permanecerem. O SoU_Ciência está criando uma linha de pesquisa para estudar em detalhes os impactos da política de cotas.

O centro apresentará mais informações sobre esta pesquisa. Aqui, a sociedade fala e nós direcionamos os estudos e as propostas para as políticas públicas.

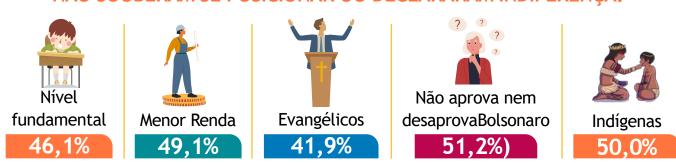
SEGMENTOS MAIS A FAVOR DA RENOVAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS:



SEGMENTOS MAJORITARIAMENTE CONTRÁRIOS:

Entre os que consideram o governo ótimo/Bom 33,8% e os que aprovam Bolsonaro 35 %

NÃO SOUBERAM SE POSICIONAR OU DECLARARAM INDIFERENÇA:



^{*} Levantamento realizado pelo Centro SoU_Ciência, em parceria com Maurício Moura (George Washington University) e Instituto Idea Big Data. A pesquisa envolveu 1.248 entrevistas, entre 2 e 5 de agosto, com homens e mulheres de 16 anos ou mais, residentes em todas as regiões do Brasil. A amostragem foi feita por cotas segundo perfis da Pnad 2018 e do Censo 2010, realizada via inquérito telefônico a partir de uma central CATI e possui grau de confiança igual a 95%, com margem de erro máxima de 3 pontos percentuais, para mais ou para menos.

